

PROCESSO N°  
- 147121 -

REG. PROC. N°

FL. 1

FOLHA N°



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

Projeto de Lei nº 81/21

Implantação da Semana Municipal da Educação (Semana da Inclusão e Inovação) no âmbito do Município de Leme/SP e da outorga de Prêmio

Autor: de Ricardo de M. Oliveira

### AUTUAÇÃO

Aos 27 (Vinte e sete) dias do mês de Setembro de 2021  
autuo P.L. nº 81/21 em trânsito.

EU,

, subscrevi

autógrafo da lei nº 27/21



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
Estado de São Paulo

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME.**

Câmara Municipal de Leme  
Protocolo 1814      Processo 147  
Data/Hora: 27/09/2021 14:38:41  
WILLIAM CARLOS ZERO DA SILVA

**PROJETO DE LEI N° 81 / 2021**

**"Institui a Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme/SP e dá outras providências."**

**Art. 1º** - Fica instituída a **Semana de Educação, Tecnologia e Inovação** no Município de Leme/SP a ser celebrada anualmente no período de 17 a 23 de outubro de cada ano.

**Parágrafo Único** - Fica a Semana de Educação, Tecnologia e Inovação incluída anexa ao Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Leme/SP.

**Art. 2º** - São os objetivos desta Semana:

I – Disseminar a cultura de inovação centrada no bem-estar humano e na solução dos problemas e necessidades dos cidadãos;

II – Promover a educação de qualidade, com metodologias de aprendizagem inovadoras que estimulem o comportamento empreendedor, a autonomia, a ética e a geração de soluções de relevante impacto social;

III – Conscientizar acerca da importância da qualificação dos profissionais das áreas de educação e tecnologia, especialmente para os desafios apresentados por novos modelos de educação, emprego, trabalho e geração de renda;

IV – Promover o debate acerca da sustentabilidade na educação, aliada ao desenvolvimento tecnológico;

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 27 de setembro de 2021.

**RICARDO DE MORAES CANATA**  
**Presidente**



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
Estado de São Paulo

**C.M. LEME**  
Pr 147/21 Fls 03  
61

**JUSTIFICATIVA**

A tecnologia e a inovação aliadas à educação são os pilares do desenvolvimento humano e social.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 9.5, afirma que é necessário: *“Fortalecer a pesquisa científica, (...), particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação (...).”*

Para que possamos tornar Leme uma cidade inteligente é necessário, em primeiro lugar, promover a cultura e a disseminação de ideias e ações práticas e tangíveis que foquem nos benefícios sociais advindos de uma visão sistêmica da educação como fundamento transformador da sociedade.

A Semana da Educação, Tecnologia e Inovação de Leme visa trazer ao conhecimento dos participantes e da população em geral o contato com as melhores práticas realizadas por municípios em todo o País e também no mundo.

O período sugerido, se inspira no Dia Nacional da Inovação – 19 de outubro, a partir da Lei Federal 12.193 sancionada em 2010, bem como homenageia todos os educadores e profissionais de educação, pela proximidade com o dia do professor, celebrado em 15 de outubro.

Atentos às mudanças globais que ocorrem na economia, na sociedade, na representatividade política, precisamos construir uma real e significativa cidadania planetária, a partir do respeito às múltiplas diversidades do ser humano,

Iremos disseminar, de forma ampla, a inovação e o empreendedorismo, tendo a tecnologia como aliada para a melhoria dos indicadores relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida.

É preciso conscientizar, formar e qualificar a nós mesmos e uns aos outros, para que Leme se torne uma cidade mais inclusiva, que tenha serviços urbanos cada vez mais inteligentes e tecnológicos, sem perder a essência da valorização do contato humano e do afeto pelas pessoas.

Esta é cidade que precisamos construir, “sem deixar ninguém para trás”, conforme afirma o lema dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Sala das Sessões Prof. Arlindo Favaro, em 27 de setembro de 2021.

**RICARDO DE MORAES CANATA**

**Presidente**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N° 337/2016**

RUA DR. QUERUBINO SOEIRO, 231 – CENTRO – LEME/SP – CEP 13610-080 – PABX: 3573-5600  
EMAIL: [secretaria@camaraleme.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaraleme.sp.gov.br) - SITE: [camaraleme.sp.gov.br](http://camaraleme.sp.gov.br) PÁGINA FACEBOOK: [@camaralemesp](http://@camaralemesp)



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**C.M. LEME**  
Pr 147/21 Fis 04  
(b)

**PARECER JURÍDICO  
ASSESSORIA JURÍDICA**

**EMENTA: “Projeto de Lei nº 81/2021 que – Institui a Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme e dá outras providências.”**

Senhor Presidente,

O presente processo apresenta Projeto de Lei inclui no calendário oficial do município a **Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme**.

É o breve relato. Opino.

*Ab initio*, cumpre observar que não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade no que pese aos projetos apresentados nesta Casa Legislativa; a análise está restrita aos aspectos de legalidade, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Cabe observar que o sistema jurídico brasileiro contempla uma multiplicidade de sujeitos aptos em iniciar um processo legislativo, conforme previsto no artigo 61<sup>1</sup> da Carta Magna.

<sup>1</sup> Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Deste modo, com base no princípio da simetria, a Constituição Bandeirante previu de igual modo a possibilidade de várias pessoas terem a iniciativa de projetos de leis ordinárias e complementares.

Também, nossa Lei Orgânica previu tal situação, porém trouxe um rol de iniciativas que são privativas do Chefe do Poder Executivo o que concretiza a separação dos poderes.

A separação dos poderes, vem, na Carta Republicana de 1988, com o fim de consagrar a independência e harmonia entre os Poderes, expressamente estabelecida no artigo 2º<sup>2</sup>.

Logo, ao se organizarem, os Estados-membros e Municípios estão obrigados a reproduzir em suas Leis Maiores o princípio da separação dos Poderes, bem como a respeitá-lo no exercício de suas competências, que no Município de Leme está retratado no art. 3º<sup>3</sup> da Lei Orgânica Municipal.

Quanto a iniciativa, na esfera Municipal, a nossa Lei Orgânica previu no artigo 30<sup>4</sup>, §1º, item 3 e 4, que matéria de natureza orçamentária,

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

<sup>2</sup> Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

<sup>3</sup> Artigo 3º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

<sup>4</sup> Artigo 30

(...)

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**C.M. LEME**  
Pr 44211 Fls 05

organização administrativa e atribuições das Secretarias são de iniciativa privativa do Prefeito.

Contudo, a Suprema Corte, no julgamento do ARE 878.911 RG, passou a entender que, nem toda lei que cria despesa é de iniciativa do chefe do poder executivo, já tendo o STF se manifestado do seguinte modo várias vezes. Vejamos:

"Ação direta de inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013 do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. [ARE 878.911 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-9-2016, P, DJE de 11-10-2016, Tema 917.]

Posteriormente, fixou-se a tese de repercussão geral: **Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).**

Assim, não é porque aumenta despesas da Administração que a lei deve ser de iniciativa do executivo. A lei só deverá ser de iniciativa do executivo se abranger alguma das matérias previstas no art. 61, § 1º, I e II. Fora disso, admite-se a iniciativa parlamentar ou popular, por exemplo.

3 - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

4 - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Dessa forma, a matéria proposta pode dar entendimento que interfere na administração pública no momento que incumbe ao Executivo o dever de executar os ditames previstos no artigo 2º do projeto de lei em questão.

É entendimento pacífico desta Procuradoria que, ao impor deveres ao órgão da administração pública municipal, é interferir na estrutura e na organização daquele Poder, o que viola o princípio da separação de poderes.

Destarte, a eventual ofensa a tal princípio pelo Poder Legislativo inquina o ato normativo de nulidade, por vício de constitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Ao tratar do assunto, um dos mais e renomados doutrinadores, Marçal Justen Filho, faz a indispensável e objetiva defesa do princípio federativo, destacando a inviolabilidade da autonomia deste:

"Um dos princípios constitucionais mais relevantes é o da Federação, e adotar estrutura federativa acarreta decorrência inafastável. Assegura-se a cada ente federal uma margem de autonomia mínima. **Não haverá federação real e efetiva quando um ente for dotado de competência para interferir sobre os serviços e os interesses pertinentes a outro ente.** Bem por isso, ser o Brasil uma Federação significa que a União não pode dispor acerca da estrutura organizacional interna e dos assuntos de peculiar interesse de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Seria inconcebível que a Constituição tivesse consagrado inúmeras regras e princípios acerca da Federação e, simultaneamente, outorgasse à União



C.M. LEME  
Pr 147/21 Fis 06  
6

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME ESTADO DE SÃO PAULO

competência para estruturar o funcionamento dos outros entes federais."<sup>5</sup>(destacado).

Finaliza, buscando traçar os possíveis limites, em termos abstratos, para a análise das disposições legais aplicáveis, respeitados os princípios previstos na Constituição Federal de 1988:

"A solução constitucional relaciona-se com a intenção de assegurar e manter a unidade nacional. Trata-se de evitar que cada ente federativo produza soluções diversas em matérias essenciais."<sup>6</sup> (destacado).

Ao cuidar da gestão municipal, preleciona o mestre Hely Lopes Meirelles, que:

### "1. A Câmara Municipal

O governo municipal no Brasil é de funções divididas, cabendo à Câmara as legislativas e ao prefeito as executivas. Mas não há entre ambos qualquer subordinação administrativa ou política. O que existe entre os dois ramos do governo local é, apenas, entrosamento de funções e de atividades político-administrativas. Estabelece-se, assim, no plano municipal o mesmo sistema de relacionamento governamental que assegura a harmonia e independência dos Poderes no âmbito federal e estadual. [...]

#### 1.1. Natureza da Câmara

O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal. Compõe-se de vereadores eleitos diretamente pelos municípios para uma legislatura de quatro anos e funciona em períodos legislativos anuais e em sessões plenárias sucessivas, para o desempenho de suas atribuições de legislação.

<sup>5</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 17.

<sup>6</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 18.



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

de fiscalização do governo local, de assessoramento do Executivo e de administração de seus serviços. [...]

### 1.2. Funções da Câmara [...]

Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. [...]

Atuando através das leis que elaborar e atos legislativos que editar, a Câmara ditará ao prefeito normas gerais de administração, sem chegar à prática administrativa. [...]

#### 1.2.4. Função administrativa

A função administrativa da Câmara é restrita à sua organização interna, ou seja, à composição da mesa e de suas comissões, à regulamentação de seu funcionamento e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares. Quando atua nesses setores a Câmara pratica atos de mera administração, equiparados, para todos os efeitos, aos do Executivo. Tais atos, embora emanados da corporação legislativa, não são leis; são atos administrativos, sem efeito normativo, sem a generalidade e abstração da lei. Como atos administrativos, devem revestir a forma adequada de decreto legislativo, resolução, portaria, instrução ou qualquer outra modalidade executiva. Ficam, por isso mesmo, sujeitos ao controle judicial de sua legalidade e ao exame do Tribunal de Contas, como se emanassesem de qualquer órgão ou agente executivo.

#### 1. A Prefeitura: órgão executivo do Município

A Prefeitura é o órgão pelo qual se manifesta o Poder Executivo do Município. Órgão independente, composto, central e unipessoal. [...]

#### 2. O prefeito

O prefeito é o chefe do Executivo Municipal, agente político, dirigente supremo da Prefeitura. Como chefe do Executivo e agente político, tem atribuições governamentais e administrativas. [...]

#### 2.1. Atribuições

As atribuições do prefeito são de natureza governamental e administrativa: governamentais são todas aquelas de condução dos negócios públicos, de



C.M. LEME  
Pr 147/21 Fis 07  
b6

## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

opções políticas de conveniência e oportunidade na sua realização – e, por isso mesmo, insusceptíveis de controle por qualquer outro agente, órgão ou Poder; administrativas são as que visam à concretização das atividades executivas do Município, por meio de atos jurídicos sempre controláveis pelo Poder Judiciário e, em certos casos, pelo Legislativo local. [...]

O prefeito atua sempre por meio de atos concretos e específicos, de governo (atos políticos) ou de administração (atos administrativos), ao passo que a Câmara desempenha suas atribuições típicas editando normas abstratas e gerais de conduta (leis). Nisso se distinguem fundamentalmente suas atividades. O ato executivo do prefeito é dirigido a um objetivo imediato, concreto e especial; o ato legislativo da Câmara é mediato, abstrato e genérico. Só excepcionalmente o prefeito edita normas através de decreto regulamentar e a Câmara pratica atos administrativos, de efeitos internos ou externos, consubstanciados em resolução ou em decreto legislativo.<sup>7</sup>

Cumpre recordar ainda, mais um ensinamento do mestre acima citado, anotando que:

"a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante". Sintetiza, ademais, que "todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário."<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Direito Municipal Brasileiro, 15ª ed. 2º tir. São Paulo: Malheiros, 2007, 603 a 611 e 707 a 712.

<sup>8</sup> MEIRELLES, Hely Lopes.. *Direito municipal brasileiro*. 15ªed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, p.708 e 712.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Portanto, não há que se confundir as atribuições do Executivo e do Legislativo na esfera Municipal.

Contudo, o fato de somente incluir no calendário uma data, incube ainda ao Executivo a necessidade de divulgação e implantar os objetos previsto o que cria despesas, mas tal despesa está fora das despesas que geram inconstitucionalidade nos projetos de iniciativa parlamentar, neste sentido, entende-se que o projeto não está maculado de vício de iniciativa.

Por todo o exposto, com as devidas ressalvas, apresenta o presente parecer-técnico **OPINATIVO**, conforme já se manifestou o Pretório Excelso<sup>9</sup> no sentido de que, caso o projeto de lei em questão tramite por esta Casa de Leis deverá conter os pareceres das Comissões Permanentes a qual cabe a elas, de maneira **VINCULATIVA**, externarem sobre os temas aqui trazidos e, ao plenário da Câmara Municipal de Leme, órgão soberano deste Poder, decidir, aprovando ou rejeitando o projeto de lei em questão.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Leme/SP, 27 de setembro de 2.021.

PAULO  
AUGUSTO  
HILDEBRAND

Assinado de forma  
digital por PAULO  
AUGUSTO HILDEBRAND  
Dados: 2021.09.27  
16:41:04 -03'00'

*Paulo Augusto Hildebrand*  
PROCURADOR JURÍDICO

<sup>9</sup> "O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**Estado de São Paulo**

<b>C.M. LEME</b>	
Pr	14/11
Fls	08
<i>(Handwritten signature)</i>	

*Ao Expediente*

*28/09/2021*

*PRÉSIDENTE*

*s) Comissão(s) de...*

*I.J.F.*

*I.F.C.*

*O.S.P.*

*I.S.C.L.T.*

*O.P.S.*

*25/09/21*

**VISTA**

*Em 29 de setembro de 2021*

*Partida: 10 Comissões*

*Funcionário (Signature)*

**JUNTADA**

*Em 29 de setembro de 2021*

*Faço juntada a estes autos o parecer  
conforme da C.I.R, C.O.F.C e  
C.F.C.LT do fl 81/21*

*Funcionário (Signature)*



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO



**PROJETO DE LEI nº 81/2021**

**EMENTA:** "Institui a Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme/SP e dá outras providências".

**AUTORIA:** Vereador Ricardo de Moraes Canata

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE e**

**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresentam um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

1-) Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Ricardo Pinheiro de Moraes Canata, que busca autorização legislativa para a instituição da Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do município de Leme.

2-) No que concerne a Comissão de Constituição Justiça e Redação, entendemos que o projeto em questão, muito embora controverso em nossa jurisprudência em termos de competência legislativa, não ofende as Normas Superiores, pois visa trazer ao conhecimento dos participantes e da população o contato com a práticas realizadas nos municípios, estados, país e mundo.

3-) Assim, estando bem redigido e instruído, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo.

4-) Sob o aspecto do interesse e conveniência, entendemos ser o projeto interessante, porque visa promover a cultura e a disseminação de ideias e ações práticas e tangíveis que foquem nos benefícios sociais advindos de uma visão sistêmica da educação como fundamento transformador da nossa sociedade lemense.



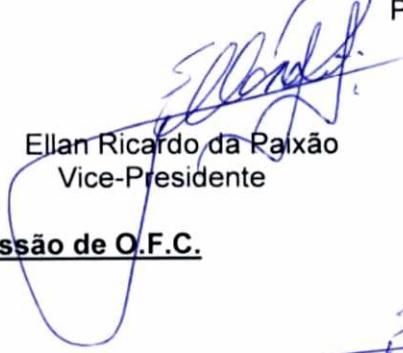
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME  
ESTADO DE SÃO PAULO

5-) Para a Comissão de mérito, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente, razão porque as Comissão de Orçamento, Finanças e Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", em 29 de setembro de 2.021.

Pela Comissão C. J.e R.

  
Francisco Ferreira da Silva  
Presidente

  
Ellan Ricardo da Paixão  
Vice-Presidente

  
Lourdes Silva Camacho  
Secretária

Pela Comissão de O.F.C.

  
Francisco Ferreira da Silva  
Vice-Presidente

  
Cintia Christine Grossklauss  
Secretária

Pela Comissão C. S. C. L. e T

  
Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente

  
Airton Cândido da Silva  
Vice-Presidente

  
Luís Fernando da Silva Beck  
Secretário



# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



A Ordem do dia  
22 / 03 / 2022  
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 81/21, aprovado por unanimidade em 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> votação.

Em 22 de março de 2022.

RICARDO DE MORAES CANATA  
Presidente Interino



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
Estado de São Paulo



**Autógrafo de Lei nº 27/22  
Projeto de Lei nº 81/21**

**"Institui a Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme/SP e dá outras providências."**

**Art. 1º** - Fica instituída a **Semana de Educação, Tecnologia e Inovação** no Município de Leme/SP a ser celebrada anualmente no período de 17 a 23 de outubro de cada ano.

**Parágrafo Único** - Fica a Semana de Educação, Tecnologia e Inovação incluída anexa ao Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Leme/SP.

**Art. 2º** - São os objetivos desta Semana:

I – Disseminar a cultura de inovação centrada no bem-estar humano e na solução dos problemas e necessidades dos cidadãos;

II – Promover a educação de qualidade, com metodologias de aprendizagem inovadoras que estimulem o comportamento empreendedor, a autonomia, a ética e a geração de soluções de relevante impacto social;

III – Conscientizar acerca da importância da qualificação dos profissionais das áreas de educação e tecnologia, especialmente para os desafios apresentados por novos modelos de educação, emprego, trabalho e geração de renda;

IV – Promover o debate acerca da sustentabilidade na educação, aliada ao desenvolvimento tecnológico;

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 23 de março de 2022

Ricardo de Moraes Canata  
Presidente



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE LEI Nº 81/21

**"Institui a Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme/SP e dá outras providências."**

**Art. 1º** - Fica instituída a **Semana de Educação, Tecnologia e Inovação** no Município de Leme/SP a ser celebrada anualmente no período de 17 a 23 de outubro de cada ano.

**Parágrafo Único** - Fica a Semana de Educação, Tecnologia e Inovação incluída anexa ao Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Leme/SP.

**Art. 2º** - São os objetivos desta Semana:

I – Disseminar a cultura de inovação centrada no bem-estar humano e na solução dos problemas e necessidades dos cidadãos;

II – Promover a educação de qualidade, com metodologias de aprendizagem inovadoras que estimulem o comportamento empreendedor, a autonomia, a ética e a geração de soluções de relevante impacto social;

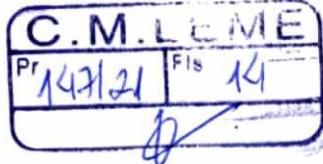
III – Conscientizar acerca da importância da qualificação dos profissionais das áreas de educação e tecnologia, especialmente para os desafios apresentados por novos modelos de educação, emprego, trabalho e geração de renda;

IV – Promover o debate acerca da sustentabilidade na educação, aliada ao desenvolvimento tecnológico;

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 22 de março de 2022

Ricardo de Moraes Canata  
Presidente



Leme, 23 de março de 2022

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente passamos às mãos de Vossa Excelência os seguintes Autógrafos:

- de Lei nº 22/22, referente ao Projeto de Lei nº 23/22;
- de Lei nº 23/22, referente ao Projeto de Lei nº 24/22;
- de Lei nº 24/22, referente ao Projeto de Lei nº 25/22;
- de Lei nº 25/22, referente ao Projeto de Lei nº 26/22;
- de Lei nº 26/22, referente ao Projeto de Lei nº 27/22;
- de Lei nº 27/22, referente ao Projeto de Lei nº 81/21;

## COMPROVANTE DE PROTOCOLO

No. Processo: 4273  
Data/Hora Processo: 24/03/22 14:10  
Requerente: CAMARA DOS VERADORES DO MUNICIPIO DE LEME  
Subassunto: OFICIOS  
Súmula: OF 140/22 - REF AUTOGRAFO DE LEI 22,23, 24, 25, 26, 27/22  
Senha internet: C917JCY  
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

SARA



# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



Lei Ordinária nº 4101, de 14 de abril 2022

**"Institui a Semana Municipal da Educação, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de Leme/SP e dá outras providências."**

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, faço saber que a Câmara aprovou e eu, nos termos do artigo 34, parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei Ordinária:

**Art. 1º** - Fica instituída a **Semana de Educação, Tecnologia e Inovação** no Município de Leme/SP a ser celebrada anualmente no período de 17 a 23 de outubro de cada ano.

**Parágrafo Único** - Fica a Semana de Educação, Tecnologia e Inovação incluída anexa ao Calendário Oficial de Festas e Eventos do Município de Leme/SP.

**Art. 2º** - São os objetivos desta Semana:

I – Disseminar a cultura de inovação centrada no bem-estar humano e na solução dos problemas e necessidades dos cidadãos;

II – Promover a educação de qualidade, com metodologias de aprendizagem inovadoras que estimulem o comportamento empreendedor, a autonomia, a ética e a geração de soluções de relevante impacto social;

III – Conscientizar acerca da importância da qualificação dos profissionais das áreas de educação e tecnologia, especialmente para os desafios apresentados por novos modelos de educação, emprego, trabalho e geração de renda;

IV – Promover o debate acerca da sustentabilidade na educação, aliada ao desenvolvimento tecnológico;

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 14 de abril de 2022

Marcelo Alves de Carvalho Almeida

**Presidente Interino**



Leme, 14 de abril de 2022.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente estamos remetendo à Vossa Excelência a Lei Ordinária nº 4101, de 14 de abril de 2022, promulgada por esta Presidência

Sem mais, respeitosamente.

Marcelo Alves de Carvalho Almeida

**Presidente Interino**

Ao

Excelentíssimo Senhor

Claudemir Aparecido Borges

DD. Prefeito Municipal de LEME

# COMPROVANTE DE PROTOCOLO

No. Processo: 5469  
Data/Hora Processo: 18/04/22 15:00  
Requerente: CAMARA DOS VERADORES DO MUNICIPIO DE LEME  
Subassunto: OFICIOS  
Súmula: OF 196/22 - LEI ORDINARIA 4101/22  
Senha internet: BA6651P  
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

SARA

Marcelo Alves de Carvalho Almeida  
**Presidente Interino**

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Claudemir Aparecido Borges  
DD. Prefeito Municipal de LEME